

**NOTA CETAD/COEST nº 045, de 04 de abril de 2024.****Assunto:** Desoneração da folha dos Municípios.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A presente Nota Técnica tem por objetivo estimar o impacto fiscal do art. 4º da Lei 14.784, de 27 de dezembro de 2023, que altera o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 para fixar em 8% a alíquota da contribuição previdenciária patronal dos municípios enquadrados nos coeficientes inferiores a 4,0 (quatro inteiros) da tabela de faixas de habitantes do § 2º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

**ANÁLISE**

2. A tabela de faixas de habitantes do § 2º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 1966 indica que o coeficiente 4,0 implica em uma população acima de 156.216 habitantes. Este valor foi usado como parâmetro para seleção dos municípios a serem contemplados com a redução da alíquota de 20% para 8%.

**METODOLOGIA**

3. Os cálculos foram feitos obtendo-se, para as entidades com natureza jurídica = "MUNICÍPIO", os valores de arrecadação na rubrica 1138-01 (Contribuição Previdenciária Patronal – Empregados/Avulsos) para o ano de 2023<sup>1</sup>, bem como a população de cada município, extraída do Sistema FINBRA/SINCOFI – RREO (STN/MF) Ref: Ano 2021.

4. A estimativa da massa salarial de cada município foi obtida dividindo-se o valor da arrecadação previdenciária patronal anual por 20%. Para cada município com população inferior a 156.216 habitantes, foi aplicada a alíquota de 8% sobre a massa salarial estimada, obtendo-se a arrecadação potencial, que comparada com o valor da arrecadação a 20%, resultou no valor potencial

<sup>1</sup> O valor da arrecadação desta rubrica em 2022 é significativamente inferior ao de 2023 devido ao fato de que em 2022, muitos municípios ainda não haviam feito pagamento de contribuições previdenciárias por meio de DARF.

da renúncia. Os valores resultantes foram atualizados de acordo com parâmetros macroeconômicos divulgados pela Secretaria de Política Econômica – SPE.

5. O quadro abaixo apresenta a quantidade de municípios que potencialmente serão beneficiados:

Alíquota Proposta:	8%
Limite População	156.206
Quantidade de Municípios Beneficiados:	5.104
Quantidade de Municípios NÃO Beneficiados:	466

## IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

6. De acordo com a metodologia empregada, foram elaboradas as seguintes estimativas de impacto fiscal para o período de 2024 a 2026:

**Estimativa de Impacto da Redução da  
Contribuição Patronal dos Municípios**

Valores em R\$ bilhões

2024	2025	2026
-10,50	-11,24	-11,99

## CONCLUSÃO

7. Para fins de cumprimento do disposto no art. 113, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em conformidade com o disposto nos art. 135 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentária/LDO 2024, haverá impacto orçamentário-financeiro da ordem apresentada no item 7 acima, sendo que os montantes descritos implicam renúncia de receitas, nos termos do art. 14, da LC nº 101/2000, não consideradas nas projeções que acompanharam o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2024.

São estas as informações pertinentes que se submetem a apreciação superior.

*Assinatura digital*  
IRAILSON CALADO SANTANA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Chefe do CETAD.

*Assinatura digital*  
**ROBERTO NAME RIBEIRO**  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Coest

**Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.**

*Assinatura digital*  
**CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS**  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Chefe do CETAD



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 04/04/2024 16:09:25 por Claudemir Rodrigues Malaquias.

Documento assinado digitalmente em 04/04/2024 16:09:25 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 04/04/2024 15:50:40 por ROBERTO NAME RIBEIRO e Documento assinado digitalmente em 04/04/2024 15:41:16 por IRAILSON CALADO SANTANA.

Esta cópia / impressão foi realizada por ROBERTO NAME RIBEIRO em 04/04/2024.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP04.0424.18475.DFCF**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**F370A7C6388FF6F4C5049CBE1364C02BE6AC5C0FA06C0AB59B1D03F1B14DAF5E**